

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PERSPECTIVAS DE PROFESSORES DAS SALAS DE ENSINO REGULAR E DE RECURSOS

Marcos Vinícius de Sousa Negreiros ¹

Maiane Sousa Galvão ²

Maria das Dores Melo Neta ³

Claudilena Corrêa Araújo ⁴

RESUMO

A educação inclusiva surge da necessidade de assegurar igualdade de oportunidades para todos, independentemente de suas habilidades e característica individuais. Isso inclui alunos com deficiência, necessidades específicas e dificuldades de aprendizagem, promovendo também a diversidade e a valorização das diferenças. No contexto da educação especial o atendimento educacional especializado (AEE) desempenha um papel crucial nesse processo, oferecendo suporte adicional e adaptando práticas pedagógicas para atender às necessidades dos alunos. Nas escolas de ensino regular, o AEE é realizado em salas de recursos multifuncionais equipadas com materiais e profissionais capacitados. Este estudo teve como objetivo analisar as perspectivas e desafios enfrentados por professores da sala de ensino regular e da sala de recursos de AEE em relação à educação inclusiva, com foco em entrevistas conduzidas com professores de uma escola da rede pública do município de Codó, Maranhão, Brasil, a fim de compreender como esses profissionais lidam com a inclusão. Os docentes mencionaram os desafios na abordagem individualizada, ressaltando a complexidade e importância dessa prática, e expressaram a necessidade do suporte estrutural e da importância da formação continuada. Além disso, os resultados enfatizam a importância de investimentos em formação docente e na infraestrutura escolar adaptada, incluindo a relevância da sociedade, famílias e gestores na criação de um ambiente propício para o pleno desenvolvimento de cada aluno, promovendo assim uma educação mais inclusiva e equitativa.

Palavras-chave: Alunos com Deficiência, Atendimento Educacional Especializado, Educação Especial, Formação de Professores, Sala de Recursos Multifuncionais.

INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos com deficiência na escola é um desafio que tem sido amplamente discutido nos últimos anos. Uma vez que, historicamente, pessoas com deficiência têm sido segregadas pelo sistema de ensino, por isso a implementação da

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal do Maranhão – IFMA Campus Codó, marcosn@acad.ifma.edu.br;

² Graduanda do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal do Maranhão – IFMA Campus Codó, maianegalvao@acad.ifma.edu.br;

³ Graduanda do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal do Maranhão – IFMA Campus Codó, maria.n@acad.ifma.edu.br;

⁴ Professora orientadora: Mestra em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Maranhão - IFMA Campus Monte Castelo, prof.claudilena.araujo@acad.ifma.edu.br.

educação inclusiva busca garantir a igualdade de oportunidades de aprendizagem para todos, independentemente de suas diferenças e necessidades específicas (Assis, 2023; Tavares; Santos; Freitas, 2020).

Vigotski (1997) ressalta que não basta inserir uma criança na sociedade e esperar que ela supere as barreiras de forma bem-sucedida. É preciso garantir suporte, adaptações e condições adequadas para que essa criança possa realmente se desenvolver. Inclusive, nas escolas deve ser proposto os mesmos objetivos educacionais para todos os estudantes, mas desenvolvendo-os de acordo com suas especificidades (Manrique *et al.*, 2019).

Apesar dos avanços nas legislações e diretrizes, os desafios para a implementação da educação inclusiva ainda são numerosos. No cotidiano escolar, os professores enfrentam dificuldades diversas. Entre esses desafios, destacam-se a falta de recursos materiais, a formação insuficiente para lidar com demandas específicas, desigualdades sociais, exclusão e ausência de suporte técnico e profissional para criar práticas pedagógicas que atendam a todos os alunos (Caiado; Laplane, 2009; Assis, 2023; Name; Copolillo; Silva, 2023).

É importante que os professores da sala de ensino regular e da sala de recursos de Atendimento Educacional Especializado (AEE) atuem em conjunto. Compreender as vivências e perspectivas desses profissionais oferece uma oportunidade valiosa para o avanço da educação inclusiva, já que eles são um dos principais agentes no processo de inclusão dentro das escolas (Mulholland; O'Connor, 2016; Araújo *et al.*, 2019).

Por estarem em contato direto com os alunos e suas demandas, podem oferecer uma visão única sobre as dificuldades enfrentadas, as estratégias adotadas e as necessidades urgentes para uma inclusão mais eficiente. Diante desse contexto, o objetivo desse estudo foi analisar as perspectivas e desafios de dois educadores com relação à educação inclusiva do município de Codó-MA, visando compreender como esses profissionais lidam com a inclusão de alunos em suas práticas pedagógicas.

METODOLOGIA

O presente estudo contou com a participação de 2 professores(as) que atuam em uma escola da rede pública localizada no município de Codó, no estado do Maranhão. Um(a) deles(as) trabalha especificamente na sala de recursos multifuncionais, há 7 anos, onde são oferecidos atendimentos especializados a alunos com necessidades educacionais

específicas. Enquanto o(a) outro(a) atua na sala de ensino regular há pelo menos 2 anos, onde trabalha com alunos de diferentes perfis.

As entrevistas seguiram um roteiro pré-estabelecido, abordando tópicos como experiência com a educação especial, concepções sobre a educação inclusiva, vantagens e desafios ao trabalhar na perspectiva da inclusão.

REFERENCIAL TEÓRICO

O movimento de educação inclusiva começou a ganhar destaque internacional a partir do final dos anos 1970, mas seu impulso maior foi dado com grandes marcos na década de 1990, como a Conferência de Jomtien (1990) ao declarar que a educação é um direito universal, reforçando que ninguém deveria ficar de fora. Pouco depois, a Declaração de Salamanca, em 1994, deu um passo além ao trazer a ideia de que as escolas devem ser preparadas para acolher a diversidade e adaptar-se às necessidades dos alunos, e não o contrário. Essa nova visão sobre a educação tratava a inclusão como uma questão de equidade e justiça social, e não mais como um favor ou concessão a alguns alunos (Sanches; Oliveira, 2011).

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos, em 1990, também destaca que garantir o acesso à escola não deve se limitar apenas às matrículas e frequência dos alunos, mas deve ser analisada com o objetivo de alcançar resultados efetivos no processo de ensino pelos professores e de aprendizagem pelos alunos (Franco; Gomes, 2020). Na realidade brasileira, a Constituição estabelece que a educação é direito de todos e um dever do Estado e da família (Brasil, 1988). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Nº. 9394/96 a complementa, ao determinar que as escolas garantam o atendimento educacional específico e de qualidade para as necessidades de todos os alunos. Proporcionando um ambiente inclusivo, que atenda as demandas de cada estudante. A partir dessas premissas, as escolas devem se adaptar para atender às variadas necessidades e ritmos de aprendizagem (Franco; Gomes, 2020).

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a educação especial é uma modalidade de ensino que engloba todos os níveis, etapas e tipos de ensino. Ela oferece Atendimento Educacional Especializado (AEE), disponibiliza recursos e serviços, e orienta sobre sua utilização no processo de ensino e aprendizagem em salas de aula regulares. Sua função é superar barreiras que possam impedir a participação plena de alunos com necessidades específicas, por meio

do desenvolvimento de recursos pedagógicos e de acessibilidade, visando a autonomia dos alunos (Brasil, 2008). Isso quebrou o antigo modelo segregacionista nas normas educacionais e, a partir de documentos legais e ações institucionais, fortaleceram a abordagem inclusiva, transformando a Educação Especial para focar na organização e oferta do AEE. Agora, a Educação Especial desempenha um papel essencial no apoio à inclusão escolar (Mantoan, 2015).

Apesar disso, o AEE não deve ser confundido com reforço escolar. As salas de recursos multifuncionais na escola foram criadas, adaptadas e equipadas para atender às necessidades das crianças com deficiências, que muitas vezes precisam de um ambiente especial para aprender. O profissional que trabalha com a criança com deficiência deve compreender que essa criança se desenvolve como qualquer outra, mas de maneira particular. Portanto, na sala de recursos multifuncionais, é essencial a atuação de alguém especializado que realize atividades criativas. Jogos e brincadeiras são recursos didáticos pedagógicos que podem ser potencializados nesse contexto (Patrício; Volpato, 2020).

Em grande parte das escolas da rede pública, os alunos que apresentam dificuldades em sala são encaminhados para uma avaliação com a equipe pedagógica da escola, e caso necessário podem direcioná-los a especialistas para uma melhor investigação. De acordo com as políticas de inclusão atuais, o recurso oferecido para esta função é a sala de recursos. No entanto, nem sempre esse programa é suficiente, e frequentemente há falta de profissionais qualificados para atender a demanda (Lourenço *et al.*, 2023).

Os desafios que comprometem uma inclusão efetiva e equitativa abrangem desde a persistência de práticas tradicionais e uniformidade no ensino até a escassez de recursos humanos qualificados, programas de capacitação e acessibilidade. Adicionalmente, surge um novo problema associado à inclusão: a superlotação de turmas inclusivas e a falta de escolas capazes de atender à crescente demanda de estudantes, que tem aumentado significativamente ao longo do tempo (Silva *et al.*, 2021).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desta pesquisa indicam que os professores das salas de ensino regular e de recursos compartilham desafios comuns na implementação da educação inclusiva, especialmente no que diz respeito ao atendimento das diversas necessidades dos alunos com deficiência. Os participantes expressaram dificuldades em adaptar suas

práticas pedagógicas para contemplar a diversidade em sala de aula e relataram sentir-se muitas vezes despreparados para lidar com a complexidade de suas funções. A sensação de não conseguir oferecer um ensino de qualidade ou satisfatório foi mencionada por ambos os profissionais, que destacaram o esforço em adaptar-se à realidade, mas ainda com limitações.

Com base nas sugestões de Silva *et al.* (2021), recomenda-se que os professores trabalhem em parceria para alcançar os objetivos estabelecidos focando o desenvolvimento completo do aluno. Enquanto o professor da sala comum é responsável por ensinar as áreas e competências do conhecimento, o professor de AEE complementa essa formação, utilizando recursos específicos que promovem a autonomia e independência do aluno. É importante lembrar que no trabalho com alunos com deficiência, não há métodos específicos, sendo essencial que o professor compreenda as necessidades individuais de cada aluno (Almeida; Montino, 2021).

Ao se depararem com questionamentos se existem vantagens e desafios em trabalhar na perspectiva da inclusão, os participantes ressaltaram a importância de criar um ambiente onde os alunos se sintam valorizados e motivados, mesmo diante de desafios. Eles destacaram que a inclusão promove a igualdade e incentiva o professor a aprimorar suas práticas, buscando constantemente novos conhecimentos. Um dos professores destacou que uma das vantagens dessa abordagem é a capacidade de fazer com que cada aluno se sinta útil, mesmo que eles não sigam exatamente o padrão dos demais. Outro professor defende que a inclusão traz benefícios, pois “motiva os docentes a se capacitarem para oferecer o melhor apoio possível”. No entanto, foram ressaltadas desvantagens, como a falta de apoio por parte das famílias e a ausência de suporte e recursos adequados nas salas de aula, o que pode prejudicar a inclusão efetiva dos alunos.

Além dos desafios anteriores, foram identificadas outras barreiras como a falta de profissionais de apoio e a superlotação das salas, o que muitas vezes comprometem a eficácia da inclusão. Para Silva *et al.* (2021) é fundamental que as salas de recursos sejam equipadas com recursos necessários para o suporte desses alunos com equipamentos e materiais didático-pedagógicos. Um dos professores destacou a importância de "prender a atenção do aluno", observando que, embora o aluno com necessidades especiais exija maior atenção, é igualmente necessário atender aos outros alunos, garantindo uma experiência de aprendizado inclusiva para todos.

Ao final, os docentes foram questionados sobre o que significa inclusão. Um deles defende que a inclusão vai além do simples ato de matricular o aluno. Alinhando-se ao

pensamento de Franco e Gomes (2020), ao abordar a educação com o objetivo de alcançar resultados efetivos no processo de ensino. Outro participante mencionou a importância de ter um olhar mais atento para cada aluno, garantindo que ele tenha as condições necessárias para seu desenvolvimento dentro do ambiente escolar.

Ambos os participantes expressaram perspectivas importantes sobre o conceito de inclusão. Destacaram a complexidade de sua implementação na escola e apontaram para a necessidade de abordagens que considerem as práticas pedagógicas e condições estruturais para garantir um ambiente educacional inclusivo.

De acordo com Almeida e Montino (2021), é crucial que os professores se capacitem para atender às necessidades dos alunos, enfatizando a importância da constante qualificação para lidar com as diversas facetas que envolvem a inclusão. Tavares, Santos e Freitas (2020) complementam esse pensamento ao defender que o professor é uma figura fundamental no contexto escolar e no processo de ensino e aprendizagem, pois, além de estar em contato direto com as crianças, atua como transmissor do conhecimento e facilitador desse processo. A formação desse profissional é considerada essencial, pois influencia diretamente sua atuação em sala de aula, servindo como base para seu desempenho e para a preparação frente às diversas situações que surgirão em seu cotidiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A percepção dos professores sobre a educação inclusiva revela uma aceitação geral dos princípios de inclusão, mas destaca desafios significativos relacionados à falta de recursos, suporte e formação adequada. A colaboração entre professores e o desenvolvimento profissional contínuo são vistos como cruciais para a implementação eficaz de práticas inclusivas. Para promover uma educação inclusiva de qualidade, é essencial abordar essas questões e fornecer o suporte necessário aos professores.

De modo geral, os resultados indicam que os professores enfrentam desafios ao lidar com a diversidade e a inclusão dos alunos. O estudo reforça a necessidade de investimentos contínuos em formação e capacitação de professores, bem como a importância de uma estrutura escolar adaptada para atender às demandas da Educação Inclusiva. Além disso, destaca-se a importância do envolvimento de todos, incluindo famílias e gestores educacionais, para criar um ambiente propício ao pleno desenvolvimento de cada aluno.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. G.; MONTINO, M. A. Dificuldades encontradas pelas professoras no processo de inclusão de alunos e alunas com deficiência. **Multidebates**, v. 5, n. 1, p. 177-193, 2021.
- ARAÚJO, I.; ALVES, L.; PINTO, F.; BEZERRA, I. Atendimento educacional especializado e o ensino regular: interlocuções docentes com vistas à inclusão. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**. 2019. DOI: <https://doi.org/10.22633/RPGE.V23I2.12651>
- ASSIS, F. M. The challenges of inclusive special education in regular education. **Revista Gênero e Interdisciplinaridade**, v. 4, n. 03, p. 279-299, 2023. DOI: <https://doi.org/10.51249/gei.v4i03.1433>.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 out. 2024.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- CAIADO, K. R. M.; LAPLANE, A. L. F. The Inclusive Education Program: the right to diversity-an analysis from the point of view of administrators of a hub municipality. **Educação e Pesquisa**, v. 35, p. 303-315, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022009000200006>
- FRANCO, R. M. S.; GOMES, C. Educação Inclusiva para além da educação especial: uma revisão parcial das produções nacionais. **Revista Psicopedagogia**, v. 37, n. 113, p. 194-207, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5935/0103-8486.20200018>
- LOURENÇO, L. L. F.; CAPELATTI, F.; MOREIRA, S.; ALBUQUERQUE, A. F.; LEMÕES, A. K.; GASQUE, L. A. Desafios Para a Inclusão. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 2, p. 373-385, 2023. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v9i2.8418>
- MANRIQUE, A. L.; DIRANI, E. A.; FRERE, A. F.; MOREIRA, G. E.; AREZES, P. M. Teachers' perceptions on inclusion in basic school. **International Journal of Educational Management**, v. 33, n. 2, p. 409-419, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1108/IJEM-02-2018-0058>
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** Summus Editorial, 2015.
- MULHOLLAND, M.; O'CONNOR, U. Collaborative classroom practice for inclusion: Perspectives of classroom teachers and learning support/resource teachers. **International journal of inclusive education**, v. 20, n. 10, p. 1070-1083, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1080/13603116.2016.1145266>

NAME, B. A. M.; COPOLILLO, M. L.; SILVA, C. A. F. Unveiling inclusive education: Teachers' perspectives in Rio de Janeiro. **Concilium**, v. 23, n. 18, p. 1-18, 2023. DOI: 10.53660/CLM-1954-23N29

PATRICIO, C. S.; VOLPATO, G. O atendimento educacional especializado (AEE): um estudo de caso em uma sala de recursos multifuncionais. **Revista Saberes Pedagógicos**, v. 4, n. 2, p. 149-171, 2020. DOI: <https://doi.org/10.18616/rsp.v4i2.6191>

SANCHES, A. C. G.; OLIVEIRA, M. A. F. Educação inclusiva e alunos com transtorno mental: um desafio interdisciplinar. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 27, p. 411-418, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722011000400004>

SILVA, R. S.; SILVA, I. R.; SCHÜTZ, J. A. As Contribuições do AEE para o desenvolvimento das crianças com Dificuldades de Aprendizagem. **Revista Missioneira**, v. 23, n. 2, p. 23-38, 2021. DOI: <https://doi.org/10.31512/missioneira.v23i2.642>

TAVARES, L. M. F. L.; SANTOS, L. M. M.; FREITAS, M. N. C. A Educação Inclusiva: Um estudo sobre a formação docente. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, p. 527-542, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382216000400005>